

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

Reunião extraordinária de 10 de outubro de 2016
Ata 07/2016

Aos dez dias do mês de outubro de 2016, na Sala dos Conselhos da Reitoria, sob a presidência da professora Janete Otte, presidente do Conselho em exercício, realizou-se reunião extraordinária. Presentes os conselheiros e convidados Cláudia Redecker Schwabe, Claire Gomes dos Santos, Fernanda Cristina Camillo, José Luiz Lopes Itturriet, Daltro Ben Hur de Carvalho Filho, Diego Alessandro Pereira dos Santos, Bráulio Sérgio Mewius, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Marilice Chapper, Emanuel Marques Queiroga, Osni da Costa Rodrigues, Geraldo Dias Barbosa, Pablo Machado Mendes, Emerson da Rosa Rodrigues, Letícia Rehbein Jeske, Renato Louzada Meireles, Ademir Dorneles de Dorneles, André Luis Pereira, Roberta Bermudes dos Santos Silva, Francilon Lima Simões, Eduardo Ricardo Fleitas Alzamendi, Max Lindoberto Castro Gonçalves, Letícia Santos da Silva, Douglas Medeiros Vieira Madruga, Marcel Moscarelli Correa, Magda Santos dos Santos, Cristian Oliveira da Conceição, Fabrício Luis Haas, Fernando Barkert, Rafael Blank Leitzke, Milton Britto de Almeida, Maria Regina Rosa Lima, Daiani Nogueira Luche, Silvia Elena Koth Sedrez, Alexandre Pitol Boeira, Edimara Luciana Sartori, Silvana Lurdes Maschio, Luciana Neves Loponte, Diego Afonso da Silva Lima, Marcos Roberto Prietto Schwans, Patrick Lima da Silva, Ana Luiza Wickboldt Schneider, Mack Léo Pedroso, Tomaz Fantin de Souza, Marlise Sozio Vitcel, Alison Santos Martins, Gelson Luis Peter Corrêa, Moisés Beck, Voldinei Vargas da Costa, Flávia Katrein da Costa, Laís Milena Rosa Corrêa, Adelaide Marli Neis, Ricardo Pereira Costa, Manoel José Porto Júnior e Marcos André Betemps Vaz da Silva. Justificaram a ausência os conselheiros Isabel Castro Bonow, Miguel Ângelo Pereira Dinis, Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal, Giulia D'Ávila Vieira, Bruna de Oliveira Farias, Gláucia Carine Tasso dos Santos, Renan Garcia Nunes e Érico de Ávila Madruga. Dando início à reunião, a presidente em exercício deu as boas-vindas aos presentes e parabenizou os câmpus que estiveram de aniversário no final de setembro e início de outubro, câmpus Camaquã, câmpus Bagé, câmpus Sapiranga e, esta semana, câmpus Pelotas-Visconde da Graça e também câmpus Pelotas; parabenizou todos os atletas que estiveram nos representando nos jogos nacionais em Brasília, que fizeram muito bonito; agradeceu pela disponibilidade do ônibus ao câmpus; lembrou que vários câmpus nos representaram, os alunos chegaram numa alegria só, dando testemunho de que foi uma experiência excelente para eles; não só os jogos, mas também conhecer atletas de outros IFEs e também conhecer a nossa capital. Colocou em apreciação as atas 04 e 05, das reuniões ordinária e extraordinária do dia 05 de setembro. O conselheiro Milton Almeida perguntou se as atas passam por revisão de português. A secretária Marilvana Tavares respondeu que, mais ou menos, porque colocamos a fala das pessoas e salientou que as pessoas devem ter algum cuidado ao se manifestarem. O conselheiro Milton Almeida pediu que a ata 04 seja revista para correção de erros de português. As atas 04 e 05 foram aprovadas. A ata nº 4 foi aprovada, mas será assinada na próxima reunião, após a revisão linguística. A seguir, foram empossados novos conselheiros. Continuando, foram submetidas à apreciação as portarias *ad referendum* n.ºs 2235/2016, que altera o calendário letivo do câmpus Pelotas; 2429/2016, que altera o calendário letivo do câmpus Passo Fundo; 2430/2016, que altera o calendário letivo do câmpus Pelotas; 2431/2016, que altera o calendário letivo do câmpus Gravataí e 2432/2016, que altera o calendário letivo do câmpus Camaquã. Sem destaques, todas as portarias foram homologadas. Foi submetida à apreciação a portaria *ad referendum* nº 2508/2016, que trata da revisão do plano de oferta de vagas; a portaria foi homologada. A seguir, foi submetido à avaliação o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, do câmpus Pelotas-Visconde da Graça. O servidor Amauri Costa da Costa disse que o câmpus tem

45 professores da área de informática, sendo quatro com doutoramento e está propondo a volta
46 do subsequente, pois tem professores suficientes para atender a área de informática,
47 informática básica dos cursos técnicos e superiores; que o curso é semestral, dois anos; é um
48 curso que não tem oferta e dependendo da procura, pretende ofertar na modalidade integral;
49 que os cursos desta área são bem diversificados no catálogo; que tinham pensado primeiro em
50 informática, depois em estrutura de equipamentos e modificaram para desenvolvimento de
51 sistemas; que é um curso em que estão acreditando bastante. A conselheira Marlise Vitcel disse
52 que na capa está 2017 e no meio do texto está 2016 e pediu que seja feita a correção. O servidor
53 Amauri Costa disse que na capa está a data do início do curso que corresponde ao segundo
54 trimestre de 2016, porque o câmpus está com o calendário atrasado devido às greves. Colocado
55 em votação, o PPC do curso foi aprovado. A conselheira Roberta Silva apresentou a pauta
56 seguinte: PPC do curso **Técnico Florestal** do câmpus Santana do Livramento. Explicou que o
57 curso **Técnico em Florestas** está como Técnico Florestal porque é um curso que vai ser ofertado
58 pela UTU, instituição uruguaia parceira do IFSul; foi construído junto, com princípios binacionais,
59 está coerente com os dois catálogos, tanto do Brasil como do Uruguai. Está Técnico Florestal
60 porque é o nome que consta pelo lado Uruguai; do nosso lado é Técnico em Florestas; que
61 atende todas as bases legais. Não havendo destaques, a presidente em exercício colocou o curso
62 em votação, que foi aprovado por unanimidade. O pró-reitor Marcos Betemps apresentou a
63 proposta do **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede** em
64 lâminas. Disse que a apresentação que vai fazer é do prof. Rony, do IF Espírito Santo, que é o
65 coordenador geral da proposta; lembrou que os conselheiros receberam toda a documentação,
66 inclusive a carta da CAPES, de aprovação da proposta. A questão é que este mestrado é em rede,
67 contempla várias instituições, então há uma organização nacional de como será feita essa
68 tramitação legal dentro de cada instituição. A proposta inicial foi de vinte instituições associadas
69 a este mestrado, mas após duas diligências da CAPES, esta solicitou a exclusão de dois câmpus
70 de institutos da proposta inicial. A proposta agora ficou com 18 câmpus de institutos, alguns
71 colocaram centro de referência, outros colocaram câmpus; então o mestrado da CAPES
72 contempla 18 institutos do Brasil. Houve problemas em certa região do Brasil onde não se
73 conseguiu equipes docentes com formação para esse mestrado; é um mestrado
74 profissionalizante, o primeiro mestrado da rede com foco para a rede. O mestrado tem o
75 objetivo de trabalhar tanto com a produção de conhecimento quanto com o desenvolvimento
76 de produtos, tudo voltado à educação profissional e tecnológica; é o primeiro modelo de
77 mestrado que tem um foco na educação profissional e tecnológica com a perspectiva da
78 melhoria do ensino. Para a gestão desse mestrado existe um comitê gestor, cujo coordenador
79 geral é o professor Rony, do IF Espírito Santo, responsável por esta apresentação que foi
80 finalizada no fórum de pró-reitores durante a Reditec, no Espírito Santo; que existe um
81 coordenador acadêmico nacional; que para nossa instituição foi indicada a professora
82 Cristhianny Bento Barreiro, do câmpus Pelotas; no comitê gestor há um representante da SETEC,
83 do CONIF e um coordenador acadêmico local por região; existe uma comissão acadêmica
84 nacional, que é constituída pelo coordenador acadêmico nacional, que é o coordenador geral,
85 um coordenador adjunto, um coordenador de avaliação e dois representantes do corpo
86 docente. Percebe-se que nessa comissão acadêmica nacional, no comitê gestor existe um atalho
87 dizendo IF Espírito Santo, porque o curso está sendo ofertado oficialmente por ele, com outras
88 instituições associadas, mas como a origem foi ele, todos os comitês e comissões são nomeados
89 pelo coordenador geral do Espírito Santo. Ainda é importante que um servidor nosso componha
90 a coordenação nacional; que vai consultar ProMAT, ProBIO, ProFIS para ver como eles estão
91 fazendo essa jogada de várias pessoas de várias instituições serem nomeadas para uma
92 coordenação nacional. Existe a comissão acadêmica local para a qual cada instituição associada
93 tem que providenciar a nomeação desta comissão, que é o coordenador acadêmico local,
94 professores do corpo docente e um representante discente. No nosso caso, o mestrado vai ser
95 ofertado pelo câmpus Charqueadas; a professora Patrícia Calixto vai ser a coordenadora local e
96 também foi convidada para ser coordenadora regional; então, além coordenadora no polo, em

97 Charqueadas, vai ser coordenadora de toda a região sul. Estamos dentro da CAPES na área de
98 ensino, então não é um mestrado em educação, a área de avaliação do mestrado é ensino,
99 modalidade semipresencial; que o que define o semipresencial é ele estar entre 20% e 80% de
100 atividades presenciais, esta é a regra hoje; este ano estão sendo fechadas as disciplinas, qual a
101 carga que cada uma vai ter; as vagas serão por seleção anual, estavam programadas 400, porque
102 na origem eram 20 polos; talvez agora não complete 400 porque existe uma limitação de dois
103 orientandos por docente vinculado; a admissão de docentes nesse programa vai ser por exame
104 nacional; o número de vagas vai ficar de acordo com o número de docentes e o prazo do curso
105 é 24 meses; a área de concentração do mestrado é educação profissional e tecnológica e tem
106 duas linhas de pesquisa: gestão e organização de espaços pedagógicos em EPT e práticas
107 educativas em EPT; são duas linhas que tentam lidar, uma com a atuação docente e a outra com
108 a do técnico-administrativo; essa foi a preocupação da comissão nacional, de trabalhar tanto
109 com docentes como com técnicos. Existem vários macroprojetos e não vai entrar em detalhes
110 sobre as disciplinas porque todos receberam o material; que existe um exame de qualificação;
111 que está previsto um projeto para qualificação ao fim do segundo semestre e no final ele tem
112 que desenvolver um produto educacional porque é um mestrado profissional na área de ensino,
113 então a pessoa não tem que desenvolver unicamente uma dissertação de mestrado, além dela
114 tem que desenvolver um produto educacional. Isso, se compararmos ao que existe hoje no IFSul,
115 temos um mestrado profissional no campus Pelotas e um mestrado profissional em ciência e
116 tecnologia no campus Pelotas-Visconde da Graça, este último na área de educação. Então os
117 mestrados do CaVG têm a dissertação e o produto educacional gerado por esse mestrado. Todas
118 as instituições associadas devem aprovar o projeto nos seus Conselhos Superiores porque
119 vamos emitir os diplomas dos estudantes matriculados no campus Charqueadas. A conselheira
120 Luciana Loponte disse que na reunião que aconteceu semana passada no Espírito Santo, da qual
121 participaram a Cristhianny e a Patrícia Calixto, também se definiu que ficarão doze professores
122 em cada polo, e com isso aumentamos a oferta com mais quatro matrículas, duas para cada
123 professor; que o IFSul vai abrir nos próximos dias um edital para seleção de professores para
124 complementar o quadro que hoje está com dez professores já cadastrados como professores
125 permanentes do programa. Também ficou definido 50% das vagas como reserva para a
126 instituição e o restante ficará aberto para a comunidade. A outra questão é que, com a
127 aprovação desse projeto, teremos que alterar o organograma do campus Charqueadas, que vai
128 ser o polo do instituto e precisamos inserir a função de coordenador do mestrado profissional
129 em rede, destinando para tal uma FCC e solicitou que pudesse entrar junto com a aprovação
130 desse projeto. O conselheiro Alexandre Pitol perguntou o que seriam as duas vagas que foram
131 faladas. A conselheira Luciana Loponte respondeu que o grupo de trabalho reunido no Espírito
132 Santo definiu o quantitativo de professores por polo, são doze professores e o nosso hoje só
133 tem dez, então será aberto edital para as pessoas interessadas em participar do projeto. O
134 conselheiro Alexandre Pitol perguntou se seria para todos os campus, tendo a conselheira
135 Luciana Loponte respondido que sim e que cada professor dá direito à matrícula de dois alunos,
136 com previsão de 24 alunos na turma. O conselheiro Alexandre Pitol disse que em Passo Fundo
137 tem a professora Carol no projeto e perguntou se ela tem que concorrer. A conselheira Luciana
138 Loponte respondeu que não, que ela já faz parte. O conselheiro Alexandre Pitol disse ter outra
139 dúvida sobre abrir FCC para esse mestrado, que em Passo Fundo tem especialização e não tem
140 FCC. O pró-reitor Marcos Betemps explicou que só há FCC para graduação ou pós-graduação
141 *lato sensu*; que para *stricto sensu* não pode. A conselheira Luciana Loponte disse que em
142 Charqueadas tem uma especialização e foi destinada uma FG-2. O pró-reitor Marcos Betemps
143 lembrou que deve ser submetida à votação a aprovação do projeto e também a autorização de
144 funcionamento, que devem ser apresentados à CAPES. Submetido à votação, o mestrado e a
145 autorização de funcionamento foram aprovados por unanimidade. Entrou em discussão a
146 homologação do resultado das eleições/indicações para a COE e a definição da COE Central. A
147 conselheira Daiani Luche informou que na semana anterior foram realizadas as eleições para as
148 COEs locais; que para as vagas não preenchidas via eleição fizeram indicação conforme prevê o

regulamento; que a nominata foi divulgada sexta-feira e fizeram convocação para a reunião feita hoje antes do início deste Conselho, quando foi definido quem comporá a COE central, que está reunida, aguardando a homologação para definir o nome do presidente; que a única dúvida que surgiu foi se a comissão central teria que ter equivalência de 3 docentes, 3 TAEs e 3 discentes; que o pessoal acredita que é impossível fazer assim porque já se reuniram nos câmpus, já tiraram a representação deles e isso poderia mudar a estrutura da COE central, mas fica para o Consup, se quiser discutir sobre isso; que o Ricardo Carrilho orientou como foi na outra eleição, disse que não foi obedecida essa paridade; que a COE central foi definida assim: a representante da equipe de trabalho da reitoria é a Aline; Lajeado, Péricles; Pelotas, Gustavo; CaVG, Fernando; Sapucaia, Roger; Charqueadas, Emily; Novo Hamburgo, Erivelto; Passo Fundo, Gustavo; Bagé, Rafael; Camaquã, Everton; Venâncio Aires, Gabriele; Santana do Livramento, Jeferson; Sapiranga, Rafael; Gravataí, Vitor; Jaguarão, Alexandre. Essa é a COE central que vai conduzir o processo; é tudo com eles, a CCSCOE já fez o seu trabalho e está aqui para qualquer dúvida que tiverem. A presidente em exercício perguntou se tem docentes, técnicos e discentes. A conselheira Daiani Luche disse que não tem paridade, tem 1 discente e o resto é docente e TAE. A paridade docentes/técnicos está quase, quase, discente é que não. A presidente em exercício disse que temos que homologar os nomes relacionados agora, para que eles definam quem será o presidente em exercício. A conselheira Claudia Schwabe disse que a COE central estava em dúvida, se deveria aguardar a homologação para depois escolher o presidente em exercício. O conselheiro Milton Almeida sugeriu chamá-los para dar-lhes posse, para que depois se reúnam para escolher o presidente em exercício. A conselheira Regina Lima perguntou o que o regulamento diz sobre a questão da paridade. A conselheira Daiani Luche respondeu que o regimento não determina a paridade; o Decreto diz que as comissões devem obedecer a paridade, mas ele não fala exatamente sobre a COE central, fala das comissões locais e a comissão passada não teve, porque fica complicado definir qual câmpus vai escolher discente, esse é o problema. A conselheira Marlise Vitcel disse ser uma questão de ordem; que já se venceu esta questão na reunião do Conselho passado quando se aprovou o regulamento; no regulamento para eleição da COE fica bem claro que a COE central é composta por 16 membros, sendo 1 de cada câmpus, mais a reitoria e um observador do sindicato; já teve essa discussão, o Conselho já definiu, já votou e não cabe nesse momento fazer nova discussão sobre o que já se venceu no Conselho passado. O conselheiro Osni Rodrigues perguntou como ficou a questão do observador da comissão que havia estudado o regulamento anterior. A conselheira Daiani Luche disse que, a princípio, ficou o Osni, a Fernanda e o Maia. O conselheiro Osni questionou se então iam ser mantidos os mesmos observadores na comissão eleitoral central. A presidente em exercício Janete Otte lembrou que a conselheira Marlise Vitcel falou em 16 membros, sendo um observador. O conselheiro Emanuel Queiroga disse que, pelo que ficou definido na última reunião, ficou um observador sindical que o sindicato vai indicar e, pelo que entende, essa comissão apresenta sua proposta, seu resultado final e a COE vê o que vai utilizar do estudo feito, o que acha ser pertinente ou não; que cabe à COE aceitar ou não uma sugestão. A presidente em exercício Janete Otte colocou que a conselheira Daiani Luche disse que na CCSCOE tinha 3 observadores, que na COE não ficou definido no regulamento que teria observação do pessoal que já trabalhou em eleição; que está aberto para discussão, mas esse pessoal estava trabalhando como observador na CCSCOE, na COE não ficou definido o nome, se ia manter o nome desses observadores, até por que já está montada a COE; acredita que agora a responsabilidade é deles; a consultoria pode acontecer, mas a única observação que ficou foi a representação sindical. O pró-reitor Manoel Porto Jr. pediu licença para manifestar-se e disse que a única questão importante de salientar é a seguinte: a gente tem um processo eleitoral estabelecido por lei, tem uma regulamentação que a garante, diferente das universidades, que têm lista tríplice, uma conquista de muita luta da nossa rede, como a portaria 715 e essa lei define como tem que ser montada a COE, que tem que ser paritária, tem que ter eleição nos câmpus e depois desses câmpus para a COE central; então qualquer coisa que se queira inventar além disso sempre representa um risco; tu colocas observadores aprovados pelo CONSUP na

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, a circled signature, and several smaller initials and signatures below.

Handwritten signatures and initials on the left margin, including a large signature at the top, a signature in the middle, and several smaller initials and signatures below.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the middle, and several smaller initials and signatures on the right.

201 COE e se um observador levanta algum óbice numa atitude da COE isso pode ser judicializado;
202 acha que todos nós observamos o trabalho da COE, todos nós e principalmente o sindicato; disse
203 que se orgulha de fazer parte do SINASEFE; todos somos observadores, acompanhamos, mas já
204 existe uma definição por lei de como é a COE e qualquer coisa que comece a sair daquilo que
205 está colocado no papel com relação a isso, uma conquista nossa, é perigoso; nós garantimos
206 processos que são de fato democráticos, e só cabe ao Ministro da Educação nomear quem foi
207 eleito pela comunidade e só a nossa rede tem, nenhuma outra rede tem isso, então sair disso, a
208 gente acaba minando nosso próprio caminho; acha que todos somos observadores,
209 principalmente as entidades de classe dos servidores e de estudantes; todos têm que estar
210 participando do processo, incentivando o processo, ajudando a COE no que for possível, mas
211 sair daquilo que está no papel, a gente começa a dar margem para ter problemas na execução
212 do processo eleitoral. A conselheira Marlise Vitcel relembrou que dia 16 de setembro o Conselho
213 se reuniu aqui nesta sala e aprovou o regulamento, que no art. 33, parágrafo 1º diz: a COE central
214 terá 15 representantes, sendo um representante de cada câmpus e um representante da
215 reitoria. Esse regulamento passou pelo crivo do nosso setor jurídico, não foi feita observação
216 nenhuma em relação a isso, a gente já venceu essa discussão e acha complicado, como
217 conselheiros, ficar voltando a discussões feitas há duas semanas atrás, três semanas atrás,
218 porque assim não avança como conselho; a gente teve uma discussão forte, lembrou que, assim
219 como o Maia defendeu a permanência do sindicato, mas o conselho como um todo defendeu
220 que o sindicato está fora, que vai ficar como observador e isso foi colocado no regulamento,
221 que o sindicato é um observador do processo, a gente definiu isso, a gente votou isso, a gente
222 publicou isso, a gente executou isso; acha que levantar questões sobre isso dá margem a que as
223 nossas decisões a toda hora sejam revistas e aí a gente vai ter problemas sérios quanto as
224 decisões do Conselho, acha que isso não tem que estar em pauta. O pró-reitor Manoel Porto Jr.
225 disse que não retira sua colocação, mas a sua colocação é de quem foi coordenador nacional do
226 sindicato, que se a gente começa a minar isso a gente começa a correr risco, é uma posição sua;
227 que não participou da reunião anterior do Conselho por questão de saúde, que se estivesse,
228 teria defendido o que defendeu agora; que inventar situações no Conselho que não estão de
229 acordo com a lei é favorecer possibilidades de candidatos menos votados judicializarem o
230 processo, é um risco. O conselheiro Osni Rodrigues disse querer deixar bem claro que este
231 Conselho já está inventando o que não está escrito taxativamente no regulamento; o art. 4º do
232 decreto deixa bem claro que as comissões eleitorais, tanto a local quanto a central terão a
233 mesma composição: três representantes do corpo docente, três representantes dos técnico-
234 administrativos em educação e três representantes discentes; que isso é uma coisa que já foi
235 passado e já foi superado pelo regulamento; que o Conselho Superior está desautorizando
236 autorizações anteriores em vários momentos; nós vínhamos há pelo menos um ano e meio com
237 uma comissão de estudo do regulamento da última eleição e esta comissão já estava com uma
238 matéria ajustada tanto da comissão eleitoral quanto do observador, da mesma forma com que
239 na pré-COE essa comissão teve sua cadeira como consultora e teve esse encaminhamento
240 proposto pela CCSCOE para esta COE e no entanto, na última reunião do Conselho parece que
241 tudo isso mudou, todo o planejamento que se tinha retrocedeu não se sabe exatamente como,
242 o que houve naquele momento, se aproveitaram o momento em que talvez alguns
243 representantes que pudessem defender algumas situações não estavam presentes, mas
244 infelizmente isso aconteceu; então entende que nesse momento o que se tem a fazer é respeitar
245 o regulamento que foi homologado e tocar adiante, não tem muito o que fazer agora. O
246 conselheiro Milton Almeida disse ir na mesma linha porque todas essas questões já estão
247 definidas e facilmente a gente pode verificar que todas as situações aqui levantadas estão claras
248 na ata da reunião ordinária do dia 5 de setembro; se erramos, e podemos ter errado, podemos
249 ter aprovado decisões que poderiam ser diferentes, mas lá nós decidimos que aquela comissão
250 que vinha trabalhando, composta pelos servidores Osni, Alexandre Pitol, Marlise, Carrilho,
251 Fernanda Mello e Henrique Maia seriam assessores da CCSCOE, mas não tomamos nenhuma
252 decisão com relação a como se deve posicionar a COE, nem a COE central nem a COE por

câmpus, exatamente com essa preocupação de a gente não criar situações que não estejam previstas na regulamentação, na lei maior, que estabelece que as COEs são autônomas e independentes; então, não cabe a este Conselho dizer exatamente o que as COEs tem que fazer. Claro que se as COEs julgarem importante ouvir pessoas e experiências anteriores, isso deverá ser feito, mas isso compete às COEs, porque as COEs estão claramente definidas na legislação que estabelece as regras para a eleição do reitor; que o Manoel colocou muito bem que nós fazemos eleição, não fazemos escolha de lista desse ou daquele tipo, então tem que deixar as COEs trabalharem de acordo com aquilo que está na legislação, esta é sua posição. A conselheira Daiani Luche disse que conversou com o Osni e, agora como SINASEFE, indica o nome dele por conveniência, porque já participou da outra COE e vai seguir como auxílio e como representante do SINASEFE. O conselheiro Milton Almeida disse que pode ser, se as COEs assim entenderem. O conselheiro Osni Rodrigues disse estar previsto no regulamento. A conselheira Daiani Luche disse que essa observação está prevista. A presidente em exercício, Janete Otte, lembrou que precisamos homologar os nomes da COE central, a partir dos nomes de todas as COEs que a Daiani divulgou na internet e da COE central. Colocou em votação os nomes dos componentes da COE central, que foram homologados por unanimidade. A conselheira Daiani Luche explicou que o presidente vai ser definido por cada COE de câmpus e o da COE central será escolhido na reunião que será realizada a seguir. Os representantes da COE central foram chamados para serem comunicados da homologação, para se apresentarem aos conselheiros e posteriormente realizarem reunião para definir a presidência: Gustavo Fabro de Azevedo, Emily da Costa Pinto, Roger Sauandaj Elias, Rafael Rodrigues Bastos, Aline Daiane Gonçalves Fagundes, Gabriele Laís Mandler, Alexandre Macedo Pereira, Everton Lima Horst, Erivelto Bauer de Matos, Fernando Jassin Gutierrez, Gustavo Cardoso Born, Jeferson da Silva da Silva, Péricles Purper Thiele, Rafael Bohrer Ávila e Vitor de Abreu Rodrigues. Informaram que finda a reunião, definiram que o presidente Gustavo Fabro de Azevedo, Rafael Rodrigues Bastos, vice-presidente e Gabriele Laís Mandler, secretária. A presidente em exercício colocou em pauta o último assunto da pauta: **definição de turnos para votação**, pois conforme o art. 3º do Decreto, o conselho deverá deliberar se será realizada em turno único ou dois turnos. Para tirar dúvidas sobre a deliberação dos turnos da votação, foi projetado na tela o decreto 6986/2009, que diz competir ao Conselho Superior de cada instituição deflagrar os processos de consulta - art. 2º e deliberar sobre a realização do turno de realização dos pleitos - art. 3º. A presidente em exercício disse que esse conselho ainda não deliberou se será em um ou dois turnos, o que deverá acontecer hoje. O conselheiro Milton Almeida disse que já existe uma experiência anterior e parece não haver motivo para mudar a sistemática que foi adotada na eleição anterior a não ser que exista um fato muito determinante. Acha conveniente e adequado que se use a mesma sistemática usada na eleição anterior, portanto em dois turnos, a não ser que o Conselho tenha algo em contrário. O conselheiro Daltro Filho sugeriu colocar uma ressalva para os câmpus que tiverem dois candidatos ou um candidato. O conselheiro Álvaro Nebel disse que pode acontecer termos em algum câmpus mais de dois candidatos e uma votação muito equilibrada e aí teríamos então a nomeação de um diretor com menos de 50% de votos; entende também que o decreto diz que em havendo mais de dois candidatos, se um dos candidatos fizer mais do que a soma de votos dos outros candidatos não haveria necessidade do segundo turno, isso obviamente significa mais de 50% dos votos. A conselheira Marlise Vitcel sugeriu que a COE coloque uma recomendação com esse gatilho dos 50% mais um; que se um candidato tiver 50% mais um voto, que não tenha segundo turno, mas que se garanta o segundo turno; que isso resolve o problema da maioria dos câmpus que vai ter um ou dois candidatos, que vai ter um turno de votação e na reitoria se o candidato tiver 50% mais um voto se encerra a votação no primeiro turno. Não havendo outra proposta, a presidente em exercício colocou em votação a proposta de dois turnos, salvo que haja aprovação de 50% mais um no primeiro turno dos votos válidos. A proposta de eleição em dois turnos foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Emanuel Queiroga ressaltou que a COE deve consultar a procuradoria federal, quanto à questão dos câmpus de educação a distância, sobre a votação deles, porque no parecer da votação da

305 CCSCOE, o procurador orientou que a educação a distância votasse no câmpus de origem; que
306 já se avaliasse isso também para a votação geral. A presidente em exercício ratificou a sugestão
307 do conselheiro, referente à orientação de que a COE consulte a procuradoria para inserir no
308 regulamento a forma como se dará a votação nos polos de educação a distância. A conselheira
309 Marlise Vitcel pediu para incluir na pauta proposta de **moção de repúdio à PEC 241**. O
310 conselheiro Milton Almeida salientou que se depender de aprovação, os conselheiros que são
311 representantes de categorias vão ficar em dificuldades para aprovar, porque não têm
312 oportunidade de mostrar para ninguém. A inclusão foi aceita pelos conselheiros. A conselheira
313 Marlise Vitcel disse que os colegas devem estar sabendo que hoje ou amanhã começa na Câmara
314 a votação da PEC 241 que limita por 20 anos, congela por 20 anos o orçamento para a saúde e
315 educação; a gente tem mobilização nacional; que hoje é dia de luta nacional contra a PEC 241;
316 que o presidente Marcelo Bender falou na reunião passada da necessidade que a gente tem se
317 mobilizar, de dizer que a gente é contrária a essa PEC, de dizer que a educação precisa de um
318 recurso que não fique congelado pelos próximos 20 anos; nesse sentido propõe que o Conselho
319 Superior tire uma moção contrária à PEC 241, que ela vá para a página do instituto e que a gente
320 consiga a partir daí a fazer as diretrizes que o próprio presidente falou na reunião do dia 5, que
321 é de ir nas prefeituras das nossas cidades e conseguir apoio, ir nas câmaras de vereadores,
322 mobilizar nossos alunos, a nossa comunidade acadêmica, para o pessoal entender o que é a PEC
323 e como ela vai limitar a questão dos institutos, da educação e da saúde como um todo no país
324 nos próximos 20 anos. Essa é a proposta, que a gente faça uma moção de repúdio à PEC 241,
325 coloque no site e tire aqui, enquanto conselheiros, a responsabilidade de levar essa discussão
326 para as nossas comunidades. A presidente em exercício perguntou se todos se sentem à vontade
327 para fazer a votação. O conselheiro Álvaro Nebel disse que respeita bastante a posição da
328 colega, mas é temerário com posições do Conselho Superior do instituto federal com relação ao
329 governo; que já experimentaram na pele o próprio CONIF sendo retaliado, sendo rechaçado nas
330 reuniões depois que saiu o *impeachment*, ou golpe melhor dizendo; então fique bem clara a
331 posição contra o governo, contra a PEC 241 com absoluta clarividência nesse sentido; mas não
332 se sente à vontade, como conselheiro, como representante do seu câmpus no Conselho, de fazer
333 essa moção como conselheiro e gostaria de não concordar com a colega nesse sentido. O
334 conselheiro Pablo Mendes disse que esteve toda a semana passada em Brasília participando de
335 um evento, viu no e-mail institucional, a CCS mandou como se fosse um relato do ConectaIF e
336 perguntou se alguém já ouviu falar; que o evento foi patrocinado pelo CONIF e por outras
337 institutos também, onde o conselheiro que está falando era a menor delegação de todas,
338 formada por ele próprio; que pagou com dinheiro do seu bolso, foi e veio, mas não vem ao caso,
339 gostaria de falar sobre isso mas não vai ocupar o ouvido dos colegas; só para terem ideia, um
340 desses eventos abrigou setecentos e sessenta e poucos trabalhos, uma boa porcentagem de
341 quase todo país; que sacrificou dois dias do evento e foi na Câmara falar com alguns deputados
342 do partido que é filiado, mas o que o espantou, espantou muito foi o que ouviu, por exemplo,
343 aquela história do ENEM, dos alunos dos institutos federais não estarem na divulgação do INEP,
344 a maioria dos deputados não sabia o porquê, não estavam inteirados sobre isso; então a
345 distância, não a geográfica, que o país é grande, a distância de informações para chegar aos
346 deputados é muito grande; que por não ter recebido passagem aérea, não ter diária, que pediu,
347 que se humilhou, ficou num apartamento com um dos deputados que cedeu o quarto da
348 empregada, que é quase maior do que o seu quarto aqui, até ficou faceiro; mas enfim por não
349 pegar diárias, isso viabilizou sua ida lá. Percebeu também, na abertura do evento, muitos alunos
350 manifestando abertamente, os seguranças tentaram tirar o pessoal, ficou um clima muito difícil,
351 mas eles ficaram lá até o final da cerimônia; o nosso reitor estava lá na cerimônia também, fez
352 um discurso de uma hora, um minuto e cinquenta segundos, que gravou e pode passar para
353 quem quiser; que não falou das dificuldades da educação, não falou nada, o conselheiro
354 identificou que seria uma oportunidade de falar para todo mundo ali; tinha representantes de
355 entidades, do MEC; para encerrar sua fala disse que a metodologia de acessar nossos políticos
356 está errada; que passou os dois dias que esteve na Câmara simplesmente não deu carrinho no

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Milton Almeida', 'Pablo Mendes', and others.]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Pablo Mendes', 'Milton Almeida', and others.]

357 deputado, não entrou de sola, apenas tentou conquistar a confiança dele e funcionou; um dia
358 antes de ele ir embora o pessoal queria informações sobre o que estava acontecendo com a
359 categoria, convidou-o para sentar e funcionou muito melhor do que se tivesse entrado de
360 carrinho, então uma das vantagens é que os deputados gaúchos estão discutindo isso aí; esse é
361 um breve relato, teria muito mais coisas para falar, se quiserem saber estou à disposição. O
362 conselheiro Osni Rodrigues disse entender as posições levantadas, mas entende mais ainda que
363 a gente está passando por uma série de ataques muito violentos em todo o serviço público e é
364 o momento de nós, enquanto conselheiros do Conselho Superior do IFSul, enquanto servidores
365 públicos federais manifestarmos toda nossa contrariedade com a PEC 241 que vem exatamente
366 sucatear todo serviço público, não só a educação, a segurança, a previdência, tudo isso em
367 função de aumentar o superávit primário para fazer o pagamento da dívida, pagamento não,
368 amortização da dívida pública que a gente não sabe de onde saiu; nós, enquanto conselheiros,
369 enquanto temos aqui talvez um acesso à informação bem maior que a maior parte da população
370 devemos nos manifestar, colocar pelo menos em votação aqui para ter a posição desse Conselho
371 quanto a ter uma moção de repúdio à PEC 241; a gente não quer chegar e abrir claramente que
372 somos contra um governo usurpador e golpista, a gente quer apenas dizer que a PEC 241 vem
373 exatamente para acabar com o serviço público da forma como conhecemos hoje; entende que
374 devemos refletir e aprovar essa moção de repúdio. O conselheiro Francilon Simões entende
375 perfeitamente as aflições do conselheiro Álvaro, só que um dos pontos que a gente tem que ver
376 é que não é uma moção de repúdio que a gente vai estar se manifestando contra o fora, que
377 é uma luta partidária, contra uma pessoa, contra um governo explícito; que a gente quer é se
378 manifestar contra um projeto de emenda constitucional que é extremamente danoso não
379 somente para o serviço público, mas para nossa categoria como um todo; ela vem para nos
380 patrolar com um todo, passar por cima com uma sequência de ataques que ainda tendem a
381 piorar; então é completamente a favor, e já abre seu voto; também como sindicalizado não tem
382 como se posicionar contrário, mas está na hora de a gente sair de cima do muro e, como
383 conselho, postar qual é a nossa opinião quanto a esse projeto. O conselho Álvaro Nebel disse
384 que representa o câmpus inteiro, não só a sua vontade, crê que tem conselheiros que
385 representam os docentes, representam os técnico-administrativos; dificilmente se fizer
386 assembleia nos câmpus não vá sair por unanimidade essa moção de apoio, mas na última moção
387 de apoio que se tirou desse conselho, lá no CaVG, na primeira reunião geral que teve foi cobrado
388 por ter tomado aquela decisão sem ter consultado a comunidade; então, por respeito ao
389 câmpus, pela cobrança que foi feita, vai se abster de apoiar a moção. O pró-reitor Manoel Porto
390 Jr. pediu licença para se manifestar e disse entender o posicionamento do conselheiro Pablo;
391 agora, talvez tenha motivo para o reitor, num determinado momento, num evento em Brasília
392 não fazer uso daquele momento para falar alguma coisa. Acha que o Reitor, como presidente
393 do CONIF tem momentos em que pode avançar mais uma fala, outros momentos não; que tem
394 que trabalhar isso com muito discernimento e, a partir disso, tem conseguido em alguns
395 momentos, inclusive, melhorar a situação da rede num momento tão complicado; que o CONIF
396 lançou documento a partir da Reditec colocando inclusive argumentos contra a PEC 241; é o que
397 se pretende na moção aqui. Nesse sentido, considerando que todos aqui somos companheiros
398 e companheiras em defesa da rede federal de educação, temos que pensar como o Álvaro
399 coloca, se a tática está correta em cada movimento que a gente faz; mas disse que a Maria
400 Helena, que é secretária executiva do MEC hoje, era secretária executiva do Paulo Renato, o
401 cara que fez o decreto que proibia o aumento de câmpus da rede federal. É essa pessoa que
402 está lá, é essa pessoa que comanda e nos tira da lista do ENEM; é essa pessoa que quer congelar
403 o orçamento de instituições que estão em implantação; grande parte dos 644 câmpus não têm
404 completo o ciclo de curso e não têm professores para dar aula nesses cursos; se congelar, como
405 concluir a expansão? Então, tem momentos em que a gente não pode calar, tem que fazer as
406 coisas; ponderações como o Álvaro faz, discutir sim a tática em cada momento, mas esse
407 momento que a gente vive agora que é de guerra total contra direitos, a gente já sabe como
408 pensam as pessoas que estão no MEC a respeito de nós, quando fazem a reforma do ensino

409 médio e atacam e terminam com a nossa forma de oferta de cursos, porque a intenção é
410 fracionar as turmas, vai ser a questão de créditos, vai ser a questão do aluno procurar a sua
411 própria formação e com certeza vai ter *voucher* do governo para pagar a fundação Roberto
412 Marinho, para pagar a fundação Itaú e tudo o mais para fornecer esses cursos a distância; que
413 o pessoal de Santa Maria, do IF Farroupilha está ocupando a estrada, servidores e alunos. Então,
414 ou a gente se mobiliza agora ou esse governo vai nos entregar para o sistema S. Temos que
415 tomar em alguns momentos a iniciativa e enfrentar o debate lá na volta com o camarada que
416 não entendeu. Dizer para o camarada que se ele foi levado ao ódio de classe por uma mídia,
417 esse ódio vai pegá-lo, porque são os seus direitos que estão atacando agora; então é importante
418 que a gente se posicione. O conselheiro Pablo Mendes disse que a urgência é grande. Quando o
419 DIEESE lança uma nota técnica, quando a FIOCRUZ, uma das mais respeitadas do país, lança uma
420 nota técnica, lança uma carta – só localizar no Google Fiocruz PEC 241, é muito bom consultar
421 as bases, a gente como conselheiro tem essa responsabilidade, mas a responsabilidade maior é
422 que a gente foi eleito para representar os colegas, a gente está representando nossos colegas
423 aqui e qual o colega que seria a favor da votação da PEC 241? A gente tem que usar o bom senso
424 e essa moção tem que sair daqui hoje; não sabe que resultado essa moção vai ter, talvez não
425 tenha nenhum, mas a gente vai deixar tudo rolar assim, solto? Vai complementar o que gostaria
426 de ter dito, no dia da abertura, teve um evento com a fala de um pessoal da Microsoft
427 relacionado com filantropia, presidente em exercício da América Latina da Microsoft para essa
428 área de filantropia, ela falava espanhol meio enrolado, mas foi muito interessante e deu para
429 entender direitinho e um cara, um tal de Rodrigo, que trabalha desde a década de 90. Os dois
430 estavam palestrando e no final da fala dele o conselheiro pediu o microfone e disse: olha
431 Rodrigo, a gente tem 644 câmpus no país para tocar esse teu projeto da Microsoft, é um projeto
432 social e a gente pode enquadrar os IFs como programa social; vocês acham que os câmpus da
433 nossa expansão foram implantados onde? Em áreas nobres dos municípios? Qual prefeito cedeu
434 uma área nobre para implantação dos câmpus? Ele cedeu uma área longe, menos nobre. Para
435 desenvolver a área do município; então tem questões sociais envolvidas, questões da segurança
436 dos bairros; o conselheiro disse ter feito uma fala, não falou para ninguém, fica alguém, e falou
437 no microfone não ser contra fulano, contra sicrano, fez um apelo, tu que és um cara bem visto
438 pelo governo, a colega da Microsoft, vocês têm muito mais voz do que nós, se identificarem que
439 os institutos têm um apelo social, ele pediu pelo amor de Deus que façam uma fala com o
440 ministro colocando essa questão social que os institutos federais como a gente conhece hoje
441 vão terminar, vão sucatear, vão acabar. Fez o apelo e não o que aconteceu, mas fez a parte dele.
442 O conselheiro Eduardo Alzamendi disse ser aluno uruguaio do câmpus Santana do Livramento e
443 representante dos discentes. Disse não saber por que não fazer, não aprovar o que pleiteia a
444 companheira porque todos os discentes do câmpus estão esperando a aprovação disso para
445 manifestar-se e não vê porque ficarmos quietos vendo as coisas passarem; crê que tem que ser
446 aprovado, cada câmpus dar seu apoio porque juntos somos mais fortes e como o outro colega
447 falou, nós que somos conselheiros temos acesso a outras informações que como alunos ou
448 servidores de câmpus às vezes não chegam; então temos que usar isso a nosso favor. O
449 conselheiro Francilon Simões disse sentir-se muito à vontade para aprovar essa moção aqui no
450 Conselho porque no seu câmpus as discussões sobre a PEC 241 e PL257 estão bem avançadas e
451 discutidas amplamente com todo mundo, já se construiu uma unidade, se construiu um
452 consenso e são todos contra esse projeto; entende algumas preocupações, mas aí manifesta
453 uma preocupação sua porque se em algum câmpus dentro do nosso instituto esse assunto não
454 estiver com as discussões bem avançadas isso é preocupante porque são projetos que vêm para
455 patrolar a rede como um todo e o momento agora é desse unir todo mundo e tocar isso mais à
456 frente; essa moção de repúdio sendo aprovada no Conselho pode motivar para que as
457 mobilizações de todos os câmpus comecem a andar de uma forma melhor; que às vezes nota a
458 seguinte conversa, se tem uma cobrança até por parte da gestão do instituto com o sindicato,
459 perguntam o que o sindicato vai fazer, mas tem coisas institucionais que podem andar como
460 essa moção de repúdio do Conselho Superior. A conselheira Marlise Vitcel disse que estamos

461 numa conjuntura, que já fizeram ações no câmpus, não lembra se dia 5 ou 29, e viram que, sem
462 discutir a questão do serviço público, estão vendo tramitar projetos de lei, projetos e reformas;
463 são 66 projetos que retiram o direito dos trabalhadores como um todo; entre esses direitos
464 estão férias, décimo, adicional noturno, insalubridade e outras tantas questões. Os ataques à
465 educação são diários, a gente dorme e acorda com outro ataque à educação. No dia 5 mesmo a
466 gente teve esse negócio do ENEM, não fomos classificados nas listas do ENEM. Então em 2015,
467 77 escolas das 100 melhores eram públicas, este ano foram 3 públicas, num intuito claro de dizer
468 que o público não funciona e que, portanto, a medida provisória de reforma do ensino médio é
469 a solução para melhorar a educação e a gente às vezes não consegue acompanhar tamanha
470 conjuntura. Nessa questão do ENEM o CONIF se mobilizou, os institutos se mobilizaram, a gente
471 se mobilizou e ao final da noite o MEC já voltou atrás e disse que teve um equívoco; isso não
472 seria possível se todo mundo não tivesse colocado aquele negocinho no face, cadê os institutos
473 e tal; isso dá resultado e uma coisa que o Eduardo falou, que mais importante que a gente
474 assinar aqui uma moção de repúdio à PEC é a gente levar essa discussão para a nossa
475 comunidade, é a gente reunir os nossos colegas, mostrar o que é a PEC, ler o que é a PEC; a
476 gente fez nos três turnos leitura do documento, discutindo em cada artigo o que significava,
477 como impactava em nós e na população em geral, como a PEC pode desvincular da previdência
478 o salário mínimo levando de volta para a miséria milhões de brasileiros; então é impossível que
479 a gente como conselheiro não tenha essa noção de que é nossa obrigação de estar aqui como
480 servidor público, com a educação sendo nosso norte trazer essas clarezas para a sociedade, o
481 que representa a reforma do ensino médio, o que representa a PEC 241, o PLP 257 e tantos
482 outros ataques; o último, que nos deixou mais chocados foi a entrega do pré-sal para as empresas
483 privadas, inviabilizando o PNE – Plano Nacional de Educação de destinar 10% do PIB para a
484 educação; isso joga no lixo a nossa constituição; como cidadão a gente tem o dever de estar
485 esclarecendo isso e de estar buscando apoio em todos os lugares; então vamos lá falar com o
486 vereador, falar com o prefeito, tomar um Dramin antes de sair de casa se não tem estômago,
487 mas vamos lá fazer essa discussão, fazer a discussão com os nossos colegas, com os políticos,
488 com os deputados, com os senadores, porque a gente não pode deixar passar a PEC. A
489 presidente em exercício colocou em regime de votação a moção de repúdio à PEC 247, que foi
490 aprovada, havendo cinco abstenções. A presidente em exercício pediu que dois ou três
491 conselheiros se disponibilizassem para redigir o documento. O conselheiro Osni Rodrigues disse
492 que deveria ser a proponente. Disponibilizaram-se os conselheiros Francilon Simões, Osni
493 Rodrigues, Ana Geller, Daiani Luche e Marliane Vitcel. O conselheiro Osni Rodrigues disse que
494 dias 21, 22 e 23 de outubro vai ser realizado em Pelotas o **Encontro Regional da Região Sul do**
495 **SINASEFE** e convidou todos os conselheiros e colegas de todos os câmpus para participarem;
496 vão começar dia 21 com uma análise da conjuntura; depois dia 22 vai ter debates sobre escola
497 sem partido, a contrarreforma do ensino médio, PEC 241, PL 257 e no final da tarde, uma mesa
498 sobre carreira, tanto dos técnico-administrativos em educação quanto dos docentes; no
499 domingo, o encerramento vai ser com uma mesa de debates sobre dívida pública e exploração,
500 auditoria cidadã e a contrarreforma da presidência. Ratificou que todos estão convidados. Nada
501 mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a
502 presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Elávia K. Costa

Marliane Siqueira Vitcel
Francilon Simões
Ana Maria Geller